

A mediação do patrimônio no agenciamento informacional na construção da memória: reflexões a partir da perspectiva arqueológica

Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto

<http://lattes.cnpq.br/9847960499982828>

xaviernetto@gmail.com

Submetido: 03 abr. 2020

Publicado: 15 maio 2020

Resumo

O presente texto procura tratar das relações entre patrimônio e informação a partir da ação de preservação que foi assumida no decorrer da vida acadêmica em uma perspectiva arqueológica. O texto em si, traça esse percurso entre o patrimônio cultural e a informação embasada em uma visão semiótica dos fenômenos culturais, trazendo a memória como uma construção socialmente delimitada, em uma situação de mediação da relação e construção de uma informação patrimonial. Com isso indica que vai ser entendido, nessa circunstância, como informação, enquanto uma parcela do conhecimento que permite sua materialização. Com isso, entra em questão o patrimônio em sua configuração e função, procurando desconstruir a dicotomia material e imaterial na esfera patrimonial. Chegando a concluir a indissociabilidade entre as dimensões materiais e não-material que compõe o patrimônio, a situação ou função que a informação assume como mediadora, tanto da construção desse patrimônio como da memória.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Semiótica. Memória. Informação.

1 INTRODUÇÃO

A figura do patrimônio cultural, na atualidade, tem assumido um caráter cada vez mais presente dentro dos vários tecidos sociais como foram de manifestações das vozes dos diferentes atores que compõe as sociedades e seus segmentos. A perspectiva da arqueologia para tratar do patrimônio cultural, enquanto exemplo de cultura material, pode ser justificada na medida em que como campo de conhecimento, tem o seu objeto de estudo a cultura material, os artefatos produzidos utilizados pelo homem no passado, como proposto por Dunnell (2005). Nesse sentido, o patrimônio cultural, devido a seus contornos fluídos, como uma forma de conectar diferentes temporalidades, indica que a crise do paradigma disciplinar ainda não foi devidamente tratada, como é discutido por Fahlander e Oestigaard (2004), colocando os estudos da cultura material em um espectro de uma pós-disciplina, com a inclusão não só da Arqueologia ou Ciência da Informação, mas outros campos também, que poderiam estabelecer diálogos e construir conhecimento acerca desta faceta humana que interliga presente passado e futuro.

Esses artefatos são considerados fonte de informação do comportamento de grupos que os utilizaram pela recuperação desses dados, descrever e entender os

comportamentos humanos no passado¹, já que cada atributo observado nos artefatos equivale a uma expressão fóssil de uma ação ou conjunto de ações, que acaba por expor determinada forma de comportamento, o que leva a considerar um sistema cultural em que há a transferência da informação de condutas, crenças, valores e modos de fazer. Assim, o conjunto de objetos recuperados pelo arqueólogo, parte da cultura material, é um segmento significativo de um sistema cultural mais amplo, sendo que:

[...] os sistemas culturais são sistema de transmissão contínua da informação adquirida e acumulada, que completam o comportamento instintivo do homem, e onde intervêm signos e símbolos particularmente úteis frente a seleção natural [...] Em qualquer caso, a eficácia de um sistema cultural determinado depende claramente da quantidade de informação que pode armazenar ou difundir por qualquer meio ou nível consciente ou inconsciente (CLARKE, 1984, p. 75, tradução nossa).

Com a manutenção e mudança nos tempos e espaço dos comportamentos culturais, vai depender de uma determinada permanência que permita estabelecer e acionar as representações desses comportamentos na composição dos acervos de conhecimentos, quer do indivíduo, quer de seus grupos. Com essa noção de reflexo de ações humanas dos artefatos, produzidos ou apropriados, volata a aparecer a noção de cultura material, como o conjunto de "coisas"². Assim, são formadas e transmitidas as formas de conhecimento desenvolvidos dentro das instâncias coletivas, como se dá com a memória (como será visto), que está das estruturas coletivas de representação dos conhecimentos, já que:

O conhecimento inclui e pressupõe a representação. A representação de um objeto é um ato muito diferente de seu simples manuseio. [...] Para representarmos alguma coisa não basta manipulá-la corretamente e utilizá-la com finalidades práticas. Precisamos ter uma concepção geral do objeto e considerá-lo de ângulos diferentes, a fim de descobrir as relações com outros objetos; e localizá-lo determinando sua posição em um sistema geral (CASSIRER, 1977, p. 31).

2 A QUESTÃO DA MEMÓRIA COMO REPRESENTAÇÃO

Toda ação humana está embasada por sistemas simbólicos que os seus vários coletivos configuraram. Desde a contidianeidade mais mundana, da escolha da roupa, do alimento entre outras coisas, até os momentos mais sagrados, essa dimensão simbólica do fazer humano está presente, podendo categorizar o humano como um animal simbólico (CASSIRER, 1977). Considerando que a interação do humano com o mundo passa pela cultura e compondo com a citação de Clarke (*op. cit.*), a visão da essência simbólica do humano, vislumbra-se os sistemas simbólicos, que podem ser colocados, em uma perspectiva semiótica como:

¹ Onde, fazendo-se uma aproximação com o conceito de ferramenta de Fischer (1983), coloca que é o ato humano que conecta uma necessidade passada, com ações presente para uso futuro, a idéia de projeto.

² A noção de COISA será delimitada mais adiante do texto a partir da ótica de Ingold (2012).

Essa é uma estrutura fundamental do signo puramente formal? Sem dúvida não, desde que aparece como consequência de uma origem comum, a qual será chamada de função simbólica. [...] Para Hughlings Jackson (1932), não apenas a linguagem, mas também a escrita e a pantomima são representações de comportamento; eles pertencem ao mesmo fundamento, a qual permite representar através de signos e imagens. Para Head (1926), um tipo particular de comportamento existe, o qual é chamado de uma atividade de expressão simbólica e formulação, na qual um símbolo, lingüístico ou não, está presente em todo o processo entre o início e a execução de um ato; dentro dessa categoria de atividades são identificados comportamentos como linguagens e escritas diversas, assim como o cálculo, a música, planos e itinerários, projetos, dados e etc (MOLINO, 1992, p. 17, tradução nossa).

A noção de memória vem passando por inúmeros contornos e discussões, em função das novas configurações que as diversas sociedades contemporâneas vêm assumindo. Nas reflexões que serão apontadas aqui estão voltadas as memórias intersubjetivas, quer de conotação social ou coletiva. Assim, percebe-se a memória como um fenômeno socialmente engajado, fruto de interações de uma coletividade em seu cotidiano. Nisso, a memória vem sendo vista como uma construção pela questão da sua dinâmica, de duração perene com conteúdo fluidos, diretamente relacionada com as formas de vida e materialidade que cada circunstância de ação promove. Podendo ser considerada como uma construção em um tempo e espaço social dado, como nos é apontado por Bergson (2011).

Colocando a memória como distinta da história, já que a primeira não está submetida aos contornos de formalização, objetividade e rigidez, que o discurso produzido pela segunda prescinde, em uma aproximação com o que foi discutido por Ricoeur (2007). Assim, mantendo o direcionamento, a memória deve ser vista com uma ligação significativa com a imaginação, já que suas estruturas memoriais são construídas a partir de lembranças, no sentido entendido por Diehl (2002). Para tanto, a noção de lembrança, em que o indivíduo se interliga com outros sujeitos de sua coletividade, traz em si a vinculação com as imagens, como uma forma mais efetiva de reciprocidade (MAUSS, 1983). Assim, nesse entrelaçamento de subjetividades, o esquecimento entra como elemento seletivo das estruturas memoriais (RICOEUR, 2007) que são construídas em cada momento, em cada espaço e em cada circunstância.

Com a noção de construção, incorpora-se a questão da multiplicidade dos tempos sociais, trás a discussão o que Candau (2014) chama de memória longa, que ignora o rigor da história, o que leva a um reforço da identidade, quando coloca seus eventos fora do tempo, como pode ser exemplificado pelos “mitos de origem. Colocando fora do tempo, essa memória longa vem a partir de uma materialidade³. Com isso configuram-se acervos documentais, em uma determinada lógica e coerência, sem necessariamente institucionalizar-se, o que vem incluir a noção de objeto.

Aproximando-se de Bergson (*op.cit.*), quando institui a questão da vida junto a memória, transforma-se a noção de objeto, que denotaria algo sem vida para Ingold

³ A noção de materialidade está diretamente relacionada à questão do perceber dos sentidos humanos, como foi indicado por Knappett (2012).

(2012)⁴, para a noção de coisa, como o conjunto de referências para a construção das memórias nos fluxos vitais, o que desdobra em outros aspectos dos fazeres humanos. Para essas ações essa materialidade pode estar em configurar-se em informação, exposta em variados suportes.

3 A INFORMAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO DA SOCIABILIDADE

O conceito de informação há muito vem despertando uma série de discussões a respeito da sua delimitação, bem como as suas formas de uso, tanto no nível social, cotidiano, quanto no nível analítico, dentro da Ciência da Informação. Zeman, incorporando o materialismo dialético aos estudos da informação, considera-a como uma qualidade da realidade material a ser organizada, considerando que ela só existe em um tempo e espaço, como foi apontado por Pinheiro e Loureiro (1995, p. 45). A Informação só existe na presença do homem, como seu receptor, já que é nesta instância que se dá o reconhecimento da Informação, mas incluindo aí o homem não só como indivíduo, mas também como ser e ator social. A presença do homem no processo informacional pode estar relacionada à visão da Informação considerada como artefato (PACHECO, 1995), no sentido de ser um produto de confecção humana, sem existência própria na natureza, já que ela é uma ferramenta, produzida e/ou percebida pelo homem, como um dos elementos necessários para a construção do conhecimento. Como artefato, a Informação só tem existência quando é percebida como tal, e só é estabelecida esta percepção quando, de algum modo, em alguma circunstância, é criada uma relação de significação. Assim essa relação é efetivada na medida em que:

Se a informação é um artefato ela foi criada num tempo, espaço e forma específica, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada - o contexto de sua geração. Sendo artefato ela pode ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto, passível de recontextualização (PACHECO, 1995, p. 21).

Voltando a Zeman, a informação não é um fenômeno afeito somente aos aspectos de quantificação, mas, principalmente, sob a ótica da organização em si, enquanto processo resultante de fatores de ordens diversas (social, cultural, moral, ético, etc.). Para Zeman (1970, p. 157), portanto:

A informação é, pois, a qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar este estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar um sistema, de criar (o que constitui, igualmente, sua capacidade de desenvolver a organização). É, juntamente com o espaço, o tempo e o movimento, uma outra forma fundamental de existência da matéria - é a qualidade de evolução, a capacidade de atingir qualidades superiores. Não é um princípio que existiria fora da matéria e independentemente dela (como são, por exemplo, o princípio idealista da entidade ou o termo da "entelequia") e sim inerente a ela, inseparável dela.

⁴ Para o escopo deste trabalho não será considerada rigorosamente a conceituação de Ingold (2012) na diferenciação entre objeto e coisa.

Concordando-se explicitamente com a visão da informação enquanto artefato, vendo-a como resultado da ação intencional de uma forma de registro, esta informação passa por diversos níveis de interpretação, por conseguinte de contextualização, dentro do processo, já mencionado, de interlocução, no qual a experiência-distante passa a ser a experiênciapróxima (GEERTZ, 1983). Reconhecendo-se que, nesta recontextualização, deve-se levar em conta dois fatores de afastamento para o entendimento das novas interpretações dessa informação, o tempo e o espaço, poder-se-ia discutir, nesse ponto, as novas tecnologias de informação, as redes de informação, a Internet etc., mas essa discussão acabaria fugindo do foco central do trabalho, se bem que, estes dois fatores não devem ser levados em conta sob seu aspecto físico, mas sim sob o prisma da cultura, ou seja, a distância espaço-temporal de uma cultura, ou seu momento, para outra. Sem esquecer de entender a noção da informação como coisa (BUCKALND, 1991), já que demanda e produz ações dentro de um organismo social, em e com uma dinâmica própria.

Para considerar a informação exclusivamente dentro do universo humano, recorreu-se a Bronowski (1997) para expor essa circunscrição. Considerando que a informação não faz parte dos processos de comunicação entre os animais, já que estes não fazem uso de informação, mas sim, instrução. Essa diferença se dá em função da multiplicidade de possibilidades de acordo com as formas de perceber e pensar de cada receptor, dentro de uma perspectiva de conhecimento estabelecida anteriormente. Incorporando a subjetividade nos processos informacionais, já que não é possível, nem ao emissor (quanto for humano), nem ao receptor, estar desvinculado das emoções, o que torna a informação, a partir dessa ótica, um produto exclusivamente humano e, portanto, um artefato.

Assim, a informação aqui considerada é aquela que diz respeito uma determinada coisa que é percebida pelos sentidos, e por isso material, a uma produção de significados socialmente aceitos. É aquele fenômeno em que há não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo, que implica na sua própria reprodução, já que a dimensão espacial é extremamente dinâmica, dentro da sua recontextualização, a partir de um acervo de conhecimentos também sociais. Vendo aí uma questão de identidade, já que a informação implica em significação, ela poderia estar restrita a setores ou segmentos culturais, que podem ser mais ou menos permeáveis, produzindo, assim, novos significados sobre a informação disseminada. Com isso, podendo circunscrever a informação como aquela parcela do conhecimento, em qualquer instância social, que pode ser materializada, assumindo uma função de mediadora das e=relações entre os indivíduos de uma coletividade.

4 PATRIMÔNIO CULTURAL: contornos e especificidades

Como já foi indicado anteriormente, ocorre de forma disseminada na sociedade a era da explosão do patrimônio, conforme nos diz Dodebei (2007), em um processo de construção e afirmação de memórias e identidades, contrapondo-se aos meios de comunicação e informação que permeiam os vários cotidianos. Isto se dá como reflexo das vozes dos diferentes segmentos sociais que compõe a sociedade, como pode ser exemplificado pelo texto constitucional, que define como patrimônio cultural os elementos que referenciam a memória e as identidades dos diferentes grupos que compõe a sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

Pode-se considerar como patrimônio cultural, tendo como norte o texto constitucional, o conjunto dos elementos que compõe a cultura material enquanto referencial de construções memoriais e identitários. Entendendo como um produto humano, o fenômeno do patrimônio cultural assume uma dimensão simbólica, em um sentido semiótico, ou seja, esses elementos materiais funcionam como signos veículos de um processo social de construção de significados dessas referências, mas de forma distinta do que é considerado pela ótica estruturalista.

Essa diferenciação leva em conta o fundamento originário da escola estruturalista, que vai influenciar profundamente os estudos simbólicos da cultura, tem como núcleo a idéia dicotômica de signo, onde o significado assume o papel de elemento compositor desse signo, juntamente com o significante (COELHO NETO, 1983). Enquanto fenômeno semiótico, vincula-se a observação do aspecto simbólico do patrimônio cultural pela ótica da semiótica de Pierce (1977), que quebra a dicotomia estruturante, passando por um direcionamento pragmático e lógico, onde o signo não carga o significado, mas antes como mediadora construção dele, como pode ser deduzido de estudo de Eco (1980).

Quando considera o signo, sendo ser da representação, como produto triádico de instâncias específicas, leva-se a considerar as três esferas de ação que ele promove e resulta, como foi indicado por Nöth (1985). O caso signo-objeto que parte de uma percepção, real ou não, de um emissor acerca de uma coisa do mundo, que é construída em sua mente, como uma representação mental (SANTAELLA; NÖTH, 1998), e pode ser voltada para a formação de um outro signo, de natureza distinta, o signo-veículo. Essa faceta do signo, que está da esfera das representações públicas como entendido por Santaella e Nöth (1998) está diretamente relacionada à intensão do emissor de representar algo à alguma instância, ele torna-se produtor e produtor de outros signos, o signo-interpretante. Esta dimensão do signo aparece por ação da faceta anterior, dentro da feição interna do dispositivo de informacional. Mas todas essas facetas do signos são mediadoras de construção de significados, que está voltados aos diferentes níveis de percepção que se vai construir dos signos⁵.

Nesta dinâmica de ações e reações dos signos, vendo o patrimônio como um elemento de representação, cabendo indicar que ele também está sofrendo e promovendo ações. Em certa forma esse patrimônio tem uma presença tão marcante no cotidiano humano, em suas diversas configurações, que dirige, de forma pontual e circunscrita, as diferentes percepções de mundo que os segmentos sociais apresentam, como foi observado por Gonçalves (2003). Essas ações do patrimônio, resultam de negociações realizada na coletividade que dele se referencia e, algumas vezes, de conflitos, quando se inscreve as estruturas de poder das coletividades humanas em suas convivências, como foi colocado por Velho (2007). Percebendo que o patrimônio se instaura nas mais variadas instâncias sociais das coletividades humanas, podendo ser considera como como um fato social total (MAUSS, 1983).

Com isso, a aproximação que Gonçalves indicou do patrimônio das formas de pensar e agir dos grupos humanos este bem coerente. Enquanto signos de um acervo coletivos, com significações circunscritas nas negociações e conflitos dos fazeres, as mudanças de tempos, lugares e atores sobre um mesmo patrimônio produzem uma instância simbólica específica, e com a ação desses coletivos e dos próprios patrimônios sobre as diversas individualidades, espelham como estas vão agir, por isso "*O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir*" (GONÇALVES, 2003, p. 27), com um sentido simétrico do agir, em

⁵ As percepções de primeiridade, secundidade e terceiridade como é colocado por Santaella (1993).

que a ação humana sobre a constituição desse patrimônio, como também a ação do patrimônio sobre as formas de fazer do humano.

Nesse sentido, o conjunto de coisas produzidas e apropriadas pelo humano delinea o quadro do que seria entendido como patrimônio cultural de forma mais simétrica e processual. Com isso esse conjunto de bens que tornam-se uma ligação entre a atualidade, individual ou coletiva, com uma concepção de passado, passa a ser entendido como uma propriedade difusa dependendo das posições e momentos em que estão circunstanciados (SOUSA; AZEVEDO NETTO; OLIVEIRA, 2018), onde os conflitos e disputas se dão, como já foi apontado antes (VELHO, 2007). Partindo desta situação, processos de significação, fruto da ação semiótica desses signos, são implementados atendendo as demandas sócio históricas e espaciais que foram uma malha de relações.

Esta interrelação dessas coisas que formam o patrimônio cultural se dá por meio dos rumores que esses objetos estabelecem em sua relação com os humanos. Essa questão foi apontada por Azevedo Netto, Loureiro e Loureiro (2013), quando apresenta um texto sobre as ações documentais dos objetos, enquanto suporte informacional para construção das memórias. Nesta linha, a partir de uma perspectiva arqueológica, pode-se extrapolar, indicado que os objetos além de estabelecerem ações sobre os humanos, também estabelecem outras ações sobre os outros objetos que se encontram na mesma circunstância, podendo ser a mera presença ou interferência dos objetos, uns sobre os outros.

5 QUESTÕES

Entendendo a que o patrimônio cultural não está dissociado das feições socioculturais que os delimitam e circunscrevem, espacial e temporalmente, até porque ele só pode ser percebido na sua materialidade, que vai levar a sua dimensão simbólica. Nessa materialidade do patrimônio, e seu aspecto simbólico, o que denota uma abordagem semiótica deste evento, verifica-se a sua indissociabilidade na efetivação de sua existência. Ou seja, o patrimônio cultural, tangível ou intangível, só pode existir quando combina um uma mesma configuração a sua materialidade, enquanto percepção pelos sentidos, de seu aspecto semiótico, nas variadas construções de significados para essas coisas.

E essa sociabilidade do patrimônio está afeita a sua função de referenciamento das memórias, em qualquer âmbito (individual ou coletivo). Isto porque, enquanto construções socialmente delimitadas, circunscritas temporal e espacialmente, essas memórias necessitam de algumas referências para sua consolidação, importam elementos que se expressam materialmente, passíveis de promover a articulação dos diferentes atores sociais que se dão naquele momento. Portanto, o patrimônio cultural encontra-se intimamente articulado com os processos de elaboração da noção de pertencimento dessas referências frente ao marco memorial que uma coletividade elege como representativo de seu eu.

Mas como esses processo de se dão, em que medida eles podem ser implementados? Na medida em que esse patrimônio passa a ser considerado como um suporte de informação, que é circunstanciado em determinado momento histórico, atendo as demandas que lhes são inerentes. Por isso é que se pode considerar que o patrimônio cultural, como apropriação circunstanciada de uma coletividade, atua na relação entre um presente, e suas especificidades, tem presença nas ações de construção das memórias.

The heritage mediation in informational agency in the construction of memory: reflections from the archeological perspective

Abstract

This paper seeks to address the relationship between heritage and information through the preservation action that was taken during the course of academic life from an archaeological perspective. The text itself traces this path between cultural heritage and information based on semiotic view of cultural phenomena, bringing memory as a socially delimited constructions, in a situation of relationship and construction of heritage information mediation. This indicates that it will be understood, under circumstance, as information, as a portion of the knowledge that allows its materialization. Thus, the patrimony in its configuration and function is questioned, trying to deconstruct the material and immaterial dichotomy in the patrimonial sphere. In conclusion, the inseparability between the material and non-material dimensions that make up heritage, the situation or function that information assumes as a mediator, both in the construction of this heritage and in memory is faced.

Keywords: Cultural heritage. Semiotics. Memory. Information.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETTO, C. X.; LOUREIRO, M. L. N. M.; LOUREIRO, J. M. M. Rumor dos objetos. *In: ENANCIB - GT 10 - informação e memória*, 13., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2013.

BERGSON, Henri. **Memória e vida**: textos escolhidos. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRONOWSKI, Jacob. **As origens do conhecimento e da imaginação**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CLARKE, David. **Arqueologia analítica**. 2. ed. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1984.

COELHO NETTO, J. Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1983. (Coleção Debates).

DIEHL, Astor. **Cultura historiográfica** - memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

DODEBEI, Vera L. Digitalização do patrimônio e organização do conhecimento. *In: ENANCIB*, 8., 2007, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: ANCIB/UFBA, 2007.

DUNNEL, Robert. **Classificação em Arqueologia**. Tradução: Astolfo Araújo. São Paulo: EDUSP, 2007.

ECO, Umberto. **Tratado geral de semiótica**. Tradução: Gilson C. C. de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1980. (Coleção Estudos).

FAHLANDER, Fredrik; OESTIGAARD, Terje. Material Culture and Post-disciplinary Sciences. In: FAHLANDER, Fredrik; OESTIGAARD, Terje (Org.). **Material culture and other things: post-disciplinary studies in the 21st Century**. Gothenburg: Elanders Gotab Vällingby, 2004.

FICHER, Erneste. **A necessidade da arte**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GEERTZ, Clifford. **Local knowledge: further essays in interpretative anthropology**. Princeton: Basic Books, 1983.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

KNAPPETT, Carl. Materiality. In: HODDER, I. (Ed.) **Archaeological theory today**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2012.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1983.

MOLINO, Jean. Archaeology and symbol system. In: GARDIN, J-C.; PEEEBLES, C. S. **Representations in archaeology**. Indiana: Indiana University Press, 1992.

NASCIMENTO, Geysa F. C. L. **Entre linhas, agulhas e almofadas: os processos memoriais das mulheres rendeiras de Camalau-PB, a partir da técnica da Renda Renascença**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

NÖTH, Winfried. **Panorama da semiótica, de Platão à Peirce**. São Paulo: Annablume, 1995.

PACHECO, Leila S. Informação enquanto artefato. **Informare - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 20-24, jan./jun. 1995.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. Tradução: J. T. Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1977. (Coleção Estudos).

PINHEIRO, Lena Vânia R.; LOUREIRO, José Mauro M. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abr. 1995.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SANTAELLA, Lúcia. **A percepção**: uma teoria semiótica. São Paulo: Experimento, 1993.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 1998.

SOUSA, R. P. M.; AZEVEDO NETTO, C. X.; OLIVEIRA, B. M. J. F. A Efetividade dos mecanismos de proteção do patrimônio cultural na preservação da memória coletiva. **INCID**: Revista de Documentação e Ciência da Informação, v. 9, p. 27-47, 2018.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *In*: FILHO, M. F. L.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. (Org.) **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

ZEMAN, Jíri. O significado filosófico da noção de informação. *In*: **O conceito de informação na ciência contemporânea** - colóquios filosóficos internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970.